

(ORIGINAL).

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL - CNPDA/EMBRAPA

MÓDULO IV: AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

PESQUISA E EXTENSÃO: DISTINTAS, MAS INSEPARÁVEIS
(REFLEXÃO BASEADA EM EXPERIÊNCIAS NO NE DO BRASIL)

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA*

JOSÉ RENATO FIGUEIRA CABRAL**

*Doutor em Ecologia-Pesquisador-CNPDA-Jaguariúna-SP.

**Sociólogo-EMATER-BA-Itapua-Salvador-BA.

1 INTRODUÇÃO

Os pequenos produtores rurais da região semi-árida representam a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas e têm um peso fundamental do ponto de vista econômico e social. Tradicionalmente, o fortalecimento desse grupo social vinha sendo conhecido através de ações e programas de desenvolvimento rural onde a pesquisa e a extensão tinham um papel central. Esse papel seria o da introdução de tecnologias agrícolas modernas, supostamente desconhecidas pelos pequenos agricultores, que deveriam permitir um aumento da produção e produtividade, garantindo-lhes uma melhoria de renda e condição de vida. Esse enfoque pressupunha que as técnicas utilizadas pelos agricultores fossem obsoletas, erradas, inadequadas ou, no mínimo, de qualidade inferior às que seriam geradas, adaptadas e recomendadas pela pesquisa e pela extensão rural. Nesse modelo buscou-se inculcar nos produtores, tecnologias que não levavam em consideração a sua realidade, os sistemas de produção em uso nas suas fazendas, ou os fatores limitantes de sua produtividade. Desconheceu-se voluntária e soberbamente os recursos naturais, sociais e econômicos das fazendas, assim como sua inserção nas estruturas agrárias, ou seja, a condição legal das terras, as relações sociais de produção e comercialização, as estruturas fundiárias, etc. Para garantir a instalação deste modelo, contou-se na Região Nordeste, em geral, com o apoio de um crédito subsidiado, que apesar de suas distorções de funcionamento e de concepção estrutural, permitiu a "viabilização" de uma série de projetos para propriedades rurais dentro dos chamados programas especiais ou de desenvolvimento rural integrado. Sem nenhuma preocupação a curto e médio prazo com as consequências reais desse processo de introdução de tecnologias, os limites e fracassos desse modelo foram evidentes.

As condições agroecológicas da região semi-árida, assim como suas estruturas sócio-econômicas, criaram uma série de obstáculos a esse processo de transformação agrícola e agrária.

Somente em situações bastantes delimitadas, o capital urbano-industrial foi capaz de transformar o latifúndio improdutivo em empresa moderna ou levar pequenos agricultores a não só gerar um excedente expressivo como também a produzir para o mercado. Frequentemente, a região semi-árida representa mais uma área potencial para uma expressão econômica futura do que uma alternativa atual. Assim, com exceção das áreas que se beneficiaram de uma importante intervenção do Estado como os perímetros irrigados, o aparecimento de uma agricultura ligada ao mercado e à lógica do capital urbano-industrial, continua restrito a certas situações relativamente localizadas. Mesmo no caso dos Programas Especiais, um rápido balanço dessas iniciativas na região semi-árida, mostra que o número de produtores atingidos foi muito restrito. Na região de Ouricuri, em Pernambuco, por exemplo, no ritmo de atendimento dos programas especiais entre 1980 e 1983, para se atingir uma vez cada produtor com menos de 50 ha, seriam necessários mais de 350 anos. Junto aos atendidos, essas iniciativas mostraram-se de uma fragilidade técnica total pois os efeitos da seca continuam desastrosos e assiste-se a uma contínua queda de produção e da produtividade. Dada a ausência de um verdadeiro projeto de viabilização econômica da fazenda, dentro de suas possibilidade e potencialidade, numerosos produtores assumiram dívidas acima de suas capacidade de endividamento. A ausência de retorno atual ou diferenciado ao nível da renda do produtor da parte dos investimentos realizados, fez com que muitos se encontrassem com suas fazendas inviabilizadas do ponto de vista econômico, em processo de descapitalização, tendo em alguns casos que vender suas propriedades e abandonar o campo. Assim se poderia afirmar que, na região semi-árida, reorientar o processo de geração e difusão de tecnologia agrícola em função do desenvolvimento dos produtores e do fortalecimento de sua economia, continua sendo um dos principais desafios a que se encontra defrontada a pesquisa e a extensão rural

2 UMA NOVA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA AGROPECUÁRIA

No caso de um programa de desenvolvimento rural integrado, a definição de uma amostra de produtores que possa servir de base a diferentes iniciativas na área de geração e difusão de tecnologia agrícola não pode ser o resultado de improvisações mais ou menos intuitivas ou mesmo sem critérios.

Nos últimos quatro anos, a partir de experiências de pesquisa do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA/EMBRAPA) ao nível de produtor nos Estados de Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Paraíba e Bahia, pode-se definir uma metodologia de trabalho interdisciplinar que permite, por aproximações sucessivas, identificar ao nível de uma região, de um município, de uma sub-unidade de município, de uma fazenda ou finalmente ao nível de campo, quais os principais fatores que limitam a produção e a produtividade animal e vegetal. Esse conjunto de fatores, após sua identificação pode ser dividido em dois graus: os que são passíveis de solução técnica e os que exigem solução de ordem econômica, social ou política. Dentro dos fatores passíveis de solução técnica, que interessam mais diretamente a pesquisa agropecuária, pode-se hierarquizar aqueles para os quais já se dispõe hoje de soluções tecnológicas e aqueles que exigem a geração de novas tecnologias pela pesquisa agropecuária. Nesse sentido o diagnóstico ao nível de produtor, gera resultados que interessa, três interlocutores: a extensão rural, a própria pesquisa agropecuária e os responsáveis pelo desenvolvimento rural.

Esses resultados representam um subsídio decisivo para a elaboração de planos de desenvolvimento agrícola com base municipal, apoiando e estruturando as reivindicações e a participação das comunidades rurais.

Esses estudos fornecem o quadro natural da região, indicando os condicionantes de origem agroecológicas que existem em cada município para a produção e a produtividade agrícola (EMATER-BA 1983). Numa segunda etapa, caracterizou-se sucessi

vamente a evolução da população rural, das estruturas fundiárias da região e a repartição intramunicipal dos pequenos produtores (Miranda e Cabral 1984). Esse conjunto de dados permite a definição de um primeiro perfil agro-sócio-econômico dos pequenos produtores ao nível inter e intramunicipal, evidenciando assim a diferenciação existente nesse grupo social (Miranda e Cabral 1984). Nessa etapa define-se uma tipologia de pequenos produtores para um trabalho de pesquisa e desenvolvimento rural. Tal tipologia corresponde na prática a diferentes situações agrícolas de forma a poder-se esperar uma certa homogeneidade no seio de uma amostra de agricultores pertencentes a uma situação dada. Ao mesmo tempo, situações distintas ilustram e requerem respostas e propostas diferenciadas do ponto de vista do processo de geração e difusão de tecnologia. Por mais completo e sofisticado que seja o dispositivo de pesquisa e extensão a ser articulado para a pequena propriedade, ele estará sempre dependente, em termos de resultados e inferências, da amostra de produtores escolhida. Caso a opção seja a de beneficiar e atender de forma adequada a totalidade ou o maior número possível de produtores de uma região, esta tipologia de situações agrícolas é o primeiro instrumento para uma definição do público-meta e dos objetivos a serem alcançados em termos de pesquisa e desenvolvimento rural. Todavia a definição de tal tipologia de agricultores é um problema complexo e delicado, particularmente na região semi-árida onde quase praticamente, cada produtor é um caso particular. Essa proposta metodológica de pesquisa está sendo desenvolvida na Região Nordeste da Bahia, empreendida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER-BA) com apoio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia (CAR/SEPLANTEC) e acompanhamento metodológico do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA).

Atualmente, o CPATSA dispõe de uma experiência metodológica, baseada na execução de trabalhos na região semi-árida, que permite a realização de um diagnóstico agro-sócio-econômico dos agricultores de um município em tempo relativamente curto.

Apesar de utilizar alguns procedimentos e técnicas relativamente sofisticadas como, o sensoriamento remoto, a teledetecção espacial e a informática, os produtos gerados são facilmente utilizáveis pela extensão rural, pelos responsáveis do desenvolvimento agrícola e pela própria pesquisa agropecuária. Essa contribuição da pesquisa ao desenvolvimento rural, vai além do papel tradicional de fornecer somente alternativas tecnológicas. Como resultados desse trabalho são indicados os problemas e fatores que limitam a produção e a produtividade ao nível dos agricultores de um município e quais as melhores estratégias tecnológicas para superar essas diferentes situações. Essas indicações servem para conduzir ações de geração e difusão de tecnologia que atendem às necessidades reais e mais urgentes dos produtores do município, além de servir de subsídios para a definição de um verdadeiro programa de desenvolvimento rural com base municipal.

3 UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A EXTENSÃO RURAL

O reconhecimento dessas diferentes situações para um posterior estudo de sua dinâmica, funcionamento atual e eventual expansão, surge como um ponto de partida necessário a ação da extensão rural. Isto será possível na medida em que esta vise apoiar o homem do campo, fornecendo-lhe através da assistência técnica um instrumento que lhe permita fortalecer sua condição sócio-econômica, dentro de suas aspirações como agente de produção. Ser capaz de reconhecer essas diversas situações e através delas identificar as diferenciações existentes ao nível da pequena propriedade é o único caminho que pode permitir uma articulação eficaz entre as exigências dos pequenos produtores e a oferta da assistência técnica. Fora desse esforço metodológico e dessa estratégia, a extensão rural estará sempre limitada a sugestões de temas-receitas, de conselhos padrões que, por maior competência técnica que possa ter o extensionista de campo, não estarão contribuindo obrigatoriamente para um fortalecimento do pequeno produtor. Em muitos

casos, o acesso diferenciado dos agricultores a essa assistência, pode levar ao aparecimento de uma camada privilegiada de agricultores através de um processo de "kulaquização" da agricultura, sem que isso se traduza em aumentos consideráveis da produção e da produtividade. Muitas vezes uma ação sem estratégia por parte da extensão rural pode levar a uma destruição da pequena agricultura e da economia tradicional, mesmo se recriando automaticamente outras estruturas de produção com um alto custo tanto em termos sociais quanto em termos de destruição de recursos naturais. É o que assiste-se quando o extensionista passa a ter como função principal a elaboração de projetos de crédito, crédito ao qual só alguns produtores se candidatam e dos quais somente uma parte é financiada e aceita pelo banco.

4 CONCLUSÃO

A realidade do pequeno agricultor do semi-árido é mais heterogênea do que se imagina. A experiência de pesquisa do CPATSA no meio rural, busca responder as várias questões posta pela realidade do produtor - nem sempre manifestas - de maneira hierarquizada, sem, contudo, perder a visão dialética existente entre os condicionamentos agroecológicos e sócio-econômicos.

A extensão, cabe o papel de junto e com o produtor tornar patente os problemas subjacentes ou não, para definir itinerários tecnológicos possíveis e viáveis que devem fortalecer a sociedade rural e, em particular, os renitentes e propalados agricultores. Estes, além de garantirem o essencial da produção agrícola nacional, são um precioso pretexto de argumento para manter instituições e programas, que vivem da captação de recursos externos, que raramente atravessam as portas de suas fazendas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DA BAHIA; EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, Petrolina-PE; COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL, Salvador-BA. Municípios rurais e urbanização; Região Nordeste da Bahia, por Evaristo Eduardo de Miranda e José Renato F. Cabral. Salvador, 1984. 35p. il. (Série Pesquisa e Desenvolvimento, 1).
02. ____; ____; _____. Concentração fundiária e ocupação do espaço rural; Região Nordeste da Bahia, por Evaristo Eduardo de Miranda e José Renato F. Cabral. Salvador, 1984. 30p. il. (Série Pesquisa e Desenvolvimento, 2).
03. ____; ____; _____. Caracterização da repartição espacial dos pequenos produtores dos municípios de Euclides da Cunha, Juazeiro e Uauá, por Evaristo Eduardo de Miranda e José Renato F. Cabral. Salvador, 1984. 30p. il. (Série Pesquisa e Desenvolvimento, 3).
04. ____; ____; _____. Perfil agro-sócio-econômico dos pequenos produtores rurais dos municípios de Euclides da Cunha, Juazeiro e Uauá, por Evaristo Eduardo de Miranda e José Renato F. Cabral. Salvador, 1984. 14p. il. (Série Pesquisa e Desenvolvimento, 4).
05. ____; ____; _____. Considerações sobre o acompanhamento agrônomo do milho e do feijão da área do exercício piloto PDRI-Nordeste. Salvador, 1983. 64p. il. tab. (EMATER-BA. Série Programas e Projetos, 30).
06. _____. & _____. Caracterização do quadro natural da área do exercício piloto PDRI-NORDESTE. Salvador, EMATER BA, 1983. 76p. il. (EMATER-BA. Série Programas e Projetos, 27).